



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

# **CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA  
QUALIFICAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE  
SERVIÇOS CONTÍNUOS ESPECIALIZADOS  
DE APOIO À ESTRATÉGIA DE  
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO  
MUNICIPAL DO SEIXAL**

**CADERNO DE ENCARGOS**



**MUNICÍPIO DO SEIXAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CONCURSO LIMITADO N.º 1900/DCA/2024 POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE  
SERVIÇOS CONTÍNUOS ESPECIALIZADOS DE APOIO À ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO  
INSTITUCIONAL DO MUNICIPAL DO SEIXAL**

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

#### **Objeto**

1 - O presente Caderno Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços contínuos especializados de apoio à estratégia de comunicação institucional do Município do Seixal.

2 – CPV: 79342000-3 Serviços de marketing.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

#### **Contrato**

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A Proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código



**MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos de disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª**

**Informação fornecida pela entidade adjudicante**

1 — O prestador de serviços deverá assegurar-se da exatidão dos elementos que são parte integrante do presente Caderno de Encargos e seus Anexos, bem como de quaisquer outros elementos complementares ou de alterações que forem fornecidos pela entidade adjudicante.

2 — Não poderá servir de fundamento ao adjudicatário para se eximir à boa e completa execução dos trabalhos a invocação de informação não recolhida nos termos do número anterior.

**Cláusula 4.ª**

**Objeto do dever de sigilo**

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município do Seixal/Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 5.ª**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do



**MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

**Prazo de execução do contrato**

- 1 - O prazo de execução do contrato é de **270 (duzentos e setenta)** dias.
- 2 – O contrato poderá cessar antes do termo do prazo, por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante comunicação escrita dirigida à outra.

**Clausula 7.<sup>a</sup>**

**Preço Base**

- 1- O preço base é de **63.150,00€ (sessenta e três mil, cento e cinquenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, a satisfazer pela dotação da rubrica das grandes opções do plano **13.007.2021/5193 com a seguinte repartição de encargos:**
  - a) **Ano de 2024:** 500,00€ (quinhentos mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
  - b) **Ano de 2025:** 62.650,00€ (sessenta e dois mil e seiscentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O preço base foi aferido com base na proporcionalidade dos custos médios resultantes de anteriores procedimentos, para prestação do mesmo tipo, nomeadamente a Consulta prévia nº 1819/DCA/2022 e Ajuste Direto nº 322/DCA/2024, acrescido face à necessidade de se incorporar no objeto novos serviços e ao fator inflação para 2024.

**Clausula 8.<sup>a</sup>**

**Pagamento**

- 1 – Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município do Seixal deve



**MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

pagar ao adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

3 – O pagamento será efetuado no prazo de trinta dias, após a receção da fatura e confirmação da entrega do bem por parte do serviço competente.

**Clausula 9.ª**

**Forma de Pagamento**

1 - Pagamentos mensais de acordo com o seguinte cálculo: (Preço contratual - (valor referido em 2 + valor referido em 3)) / 9.

2 - Com a entrega do serviço descrito na alínea e) das especificações técnicas, o pagamento de 20% do preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3 - Com entrega do serviço descrito na alínea f) das especificações técnicas, o pagamento de 20% do preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Clausula 10.ª**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 – É possível a cessão da posição contratual por parte do cocontratante mediante prévia autorização do contraente público, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 318.º – A do Código dos Contratos Públicos, em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente deste procedimento que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial da ordenação em que ficarem no procedimento.

3 – A cessão da posição contratual referida no n.º 2 da presente cláusula é efetuada por ato administrativo do contraente público.



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

4 – A Subcontratação pelo cocontratante também tem de ser devidamente autorizada pelo contraente público.

#### **Clausula 11.<sup>a</sup>**

##### **Incumprimento contratual**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município do Seixal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no fornecimento díspar do adjudicado.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Força Maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedade dos seus subcontratados;



**MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 13ª**

#### **Regime da atividade dos trabalhadores afetos à execução do contrato**

1 - Na execução do contrato, a adjudicatária está obrigada a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP.

2 - A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

### **Cláusula 14ª**

#### **Comunicações e notificações**

1 - Todas as notificações e comunicações entre as partes do contrato, devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou qualquer outro meio de transmissão escrita de dados.



**MUNICÍPIO DO SEIXAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 15ª**

##### **Contagem dos prazos**

1 - A contagem dos prazos, na fase de execução do contrato, é contínua, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente pelo Código dos Contratos Públicos.

#### **Clausula 17.ª**

##### **Resolução de litígios**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada.

## **CAPÍTULO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Caraterísticas Técnicas**

1 - O objeto contratual integra a prestação dos seguintes serviços:

- a) Apresentação de propostas de boas práticas no âmbito da definição da estratégia de comunicação autárquica.
- b) Apoio na gestão da interação com os órgãos de comunicação social, garantindo que as mensagens-chave se adequam a cada público alvo e são transmitidas com eficácia.
- c) Apoio na elaboração de comunicados de imprensa, respostas a solicitações por parte da comunicação social, press kits, e similares.



**MUNICÍPIO DO SEIXAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

d) Apoio na definição de mensagens-chave e na preparação de porta-vozes para contacto com os órgãos de comunicação social.

e) Criação de guia de boas práticas para qualificação dos canais de Facebook e Instagram do Presidente da Câmara.

f) Criação de guião para implementação do canal TikTok do Presidente da Câmara, que defina as formas, processos de criação e as normas editoriais de comunicação e ainda a campanha de lançamento.

g) Realização de pesquisas de mercado alusivas a soluções digitais inovadoras para promoção e divulgação da atividade municipal e informação relevante aos munícipes.

2 – A adjudicatária obriga-se a apresentar relatórios trimestrais relativos ao desenvolvimento dos serviços prestados.